



FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES
CONSULTA PÚBLICA Nº 16/2019 (de 08/08/2019 a 23/9/2019)

NOME/RAZÃO SOCIAL: Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

(X) agente econômico
() consumidor ou usuário

() representante órgão de classe ou associação
() representante de instituição governamental
() representante de órgãos de defesa do consumidor

Consulta Pública sobre minuta de resolução que estabelece os parâmetros referentes à instrução e ao julgamento dos processos administrativos sancionadores no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

| ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
|----------------------|--|---|
| 1º - parágrafo único | No que couber, as normas desta Resolução podem ser aplicadas a outros procedimentos por analogia, desde que não restrinja direitos do agente regulado. | A analogia é um método de interpretação jurídica em que, diante da ausência de previsão específica em ato normativo, aplica-se uma disposição normativa que regule casos semelhantes. Sendo assim, é razoável que diante de eventual lacuna nas normas regulatórias, a ANP deve usar a analogia para resolver a questão, não podendo ficar sua aplicação condicionada a critérios de conveniência e oportunidade da Agência Reguladora. Em linha com os princípios aplicáveis aos processos administrativos, o objetivo da aplicação análoga da resolução deve se dar de forma a não prejudicar direitos dos agentes regulados. |
| 2º - inciso I | A intimação pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), quando disponível a certificação do recebimento, de forma a garantir a comprovação e efetiva leitura por parte do destinatário da Notificação Eletrônica; § 3º A certificação eletrônica do recebimento deverá registrar as datas e horários da realização desses eventos. | Buscar maior segurança jurídica para efeito de contagem dos prazos processuais quando for disponibilizado a intimação eletrônica. Além disso, para maior transparência e segurança jurídica dos administrados, faz-se necessário também detalhar os procedimentos para a comunicação dos atos dentro dos processos, diferenciando-se, inclusive, os regimes de citação e intimação |

| | | |
|------------------------|---|---|
| 2º - inciso II | A citação ou a intimação pelo Correio com aviso de recebimento; ou | Para maior transparência e segurança jurídica dos administrados, faz-se necessário detalhar os procedimentos para a comunicação dos atos dentro dos processos, diferenciando-se, inclusive, os regimes de citação e intimação. |
| 2º - inciso III | A citação ou a intimação pessoalmente, ao próprio autuado ou ao seu representante legal ou preposto que responda pelo gerenciamento do negócio, quando lavrado o auto no local da ocorrência. | Para maior transparência e segurança jurídica dos administrados, faz-se necessário detalhar os procedimentos para a comunicação dos atos dentro dos processos, diferenciando-se, inclusive, os regimes de citação e intimação. |
| Art. 2º - parágrafo 1º | § 1º Frustradas todas as tentativas de comunicação nas formas previstas nos incisos I, II e III deste artigo, a ciência ao autuado será efetuada por meio de publicação no Diário Oficial da União. | Alteração em linha com os itens 23 a 26 do Parecer 00768/2019/PFANP/PGF/AGU. |
| 4º | Os vícios processuais meramente formais do auto de infração são passíveis de convalidação em qualquer fase do processo, quando não representarem prejuízo ao direito de defesa do autuado. | Não obstante doutrina e jurisprudência ter entendimento no sentido de que o ato praticado por agente incompetente é considerado vício sanável, desde que não se trate de competência exclusiva, é razoável defender que em processos administrativos sancionatórios, que podem culminar com a aplicação de penalidades ao agente regulado, esta tese não deve ser aplicada. Isso porque, nos processos administrativos (e também nos judiciais) que acarretem penalidade, não se deve aproveitar os atos ilegais ou irregulares, a não ser que estes não gerem prejuízos ao devido processo legal, por não estar diretamente correlacionada com a decisão pela aplicação da sanção. Dessa forma, sugerimos que seja retirado deste parágrafo a possibilidade de convalidação de atos praticados por agentes públicos incompetentes, eis que nesses casos o processo deverá ser anulado (cf. art. 21, § 1º e 2º da minuta da resolução), sem prejuízo da possibilidade de ser instaurado novo processo administrativo. |

| | | |
|----|---|--|
| 6º | <p>O autuado será citado para apresentar defesa, no prazo de quinze dias úteis, a contar da data do recebimento do auto de infração, excluindo-se da contagem o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.</p> <p>§ 1º - A contagem do prazo processual iniciar-se-á no dia útil seguinte após a intimação;</p> <p>§ 2º - Vencendo o prazo em dia não útil ou em que o expediente no órgão seja encerrado antes do horário habitual, o mesmo deverá ser prorrogado para o dia útil seguinte.</p> | <p>Em que pese os processos administrativos da ANP serem regidos pela Lei nº 9.784/99 e pelo Decreto nº 2.953/99, que preveem prazos em dias corridos, a minuta de resolução pode trazer prazos em dias úteis, em homenagem à evolução normativa, a exemplo do Novo Código de Processo Civil de 2015. Estas disposições indicam que a ANP não está impedida de criar normativo prevendo que os prazos sejam contados em dias úteis, de tal modo que a referida Lei e Decreto citados não podem ser considerados impeditivos neste caso, mormente, como dito, diante de uma evolução legislativa que visa adequar o prazo de resposta do agente regulado, em clara homenagem ao princípio do contraditório (art. 5º, LV, da CRFB/88).</p> <p>É importante também fixar na resolução, de modo expresse, a fim de deixar clara e uniforme a regra de marco inicial e final em relação a contagem dos prazos visando evitar insegurança jurídica quanto a tempestividade, especialmente em datas específicas, como por exemplo período de Carnaval e pontos facultativos na sede do órgão ou em que o expediente seja encerrado antes do horário habitual.</p> |
| 8º | <p>O autuado poderá ter vista dos autos do processo, bem como requerer cópia, digital ou física, mediante o ressarcimento, se aplicável, da despesa correspondente, bem como será disponibilizado o acesso integral e imediato ao Processo Administrativo no Sistema Eletrônico de Informações(SEI) sempre que houver citação ou intimação do autuado, por meio do endereço eletrônico cadastrado pela empresa junto à ANP.</p> | <p>Tornar mais célere o acesso do autuado ao inteiro teor do processo, tendo em vista que já houve o recebimento de intimações sem que a Cia. tivesse acesso integral e tempestivo ao processo no Sistema Eletrônico de Informações(SEI), de forma que o agente autuado não seja prejudicado em seu direito de defesa em função de eventual atraso no acesso aos autos.</p> |
| 9º | <p>Recebida a defesa, uma vez verificada a necessidade de esclarecimento imprescindível à decisão ou de coleta de elementos de prova, a unidade organizacional avaliará a pertinência das diligências e das provas requeridas pelo autuado.</p> | <p>Esgotar a possibilidade de produção de provas, permitindo a adequada instrução do processo, antes da análise dos fatos e do mérito.</p> |

| | | |
|---------------------------------------|---|---|
| Criação do art. 9º-A e Incisos I a IV | <p>Art. 9º-A Após a produção das provas, se houver, a unidade organizacional responsável pela instrução do processo deverá elaborar despacho de instrução, que conterà:</p> <p>I - a verificação do atendimento das formalidades estabelecidas no art. 6º do Decreto nº 2.953, de 28 de janeiro de 1999;</p> <p>II - a análise técnica e jurídica do fato a que se refere a autuação, do enquadramento da infração imputada, da adequação da penalidade indicada no auto de infração e eventuais outras a que está sujeito em caso de condenação;</p> <p>III - A análise das provas e dos argumentos técnicos e jurídicos apresentados na defesa do autuado; e</p> <p>IV - a indicação de eventuais antecedentes do agente autuado.</p> | Assegurar a análise das provas e argumentos técnicos, garantindo ao autuado seu direito à ampla defesa. |
| 10 | O autuado será informado sobre os atos administrativos realizados e intimado para apresentação de alegações finais, no prazo de cinco dias úteis, contados do recebimento da intimação. | Acompanhando a evolução do direito processual civil, sugere-se a uniformidade da contagem de prazo considerando os dias úteis. Essa necessidade se faz mais importante ao se tratar do prazo para a apresentação de alegações finais. |
| 11 - §1º | Caso a diligência seja para a coleta de elementos de prova, o autuado deverá ser intimado com antecedência mínima de cinco dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização da diligência. | Acompanhando a evolução do direito processual civil, sugere-se a uniformidade da contagem de prazo considerando os dias úteis. |
| 11 - §2º | 2º Cumprida a diligência, deverá ser garantida a oportunidade de manifestação do autuado antes da decisão, em prazo não inferior a cinco dias úteis. | Faz-se necessário fixar um prazo mínimo para resposta do autuado, assegurando tempo razoável para sua manifestação. |
| 12 - Parágrafo único | Na hipótese do caput, deverá ser garantida a oportunidade de manifestação do autuado antes da decisão, em prazo não inferior a cinco dias úteis. | Faz-se necessário fixar um prazo mínimo para resposta do autuado, assegurando tempo razoável para sua manifestação. |
| Criação do Art. 12-A | Os prazos previstos neste capítulo poderão ser prorrogados, mediante solicitação fundamentada do autuado, e autorização prévia da ANP. | Considerando práticas anteriores, é importante que haja a possibilidade de uma eventual flexibilização para casos de maior complexidade, a fim de garantir o direito de defesa do autuado. |

| | | |
|---|---|--|
| 16 | A fundamentação apresentará a análise das questões de fato e de direito alegadas ao longo do processo, incluindo as provas produzidas , e a motivação da decisão. | A motivação da decisão deve explicitar, também, a análise das provas produzidas ao longo do processo. |
| 18 - parágrafo único | O cumprimento espontâneo da obrigação, antes do início da ação de fiscalização ou da ciência desta, será considerado causa de diminuição da pena, conforme as circunstâncias do caso concreto. | Ante ao cumprimento espontâneo da obrigação, antes do início da ação de fiscalização ou da ciência, é razoável sustentar que a administração pública “deverá” considerar como causa de diminuição de pena, e não deixar à discricionariedade do administrador público, uma vez que se está tratando de fato objetivo, qual seja, cumprimento espontâneo da obrigação anteriormente à autuação. Dessa forma, sugerimos a alteração do termo “poderá” para “deverá”, o que tornará certa a diminuição da pena na hipótese descrita no artigo em comento. |
| Criação dos Parágrafos 1º, 2º e 3º no Art. 18 | <p>§ 1º O cumprimento espontâneo de obrigação, após a ciência da ANP, porém antes do início da ação de fiscalização, da ciência desta ação ou da autuação propriamente dita, será considerado causa de diminuição da pena.</p> <p>§ 2º Não será imputada qualquer penalidade ao regulado em caso de denúncia espontânea de infração de obrigação exclusivamente pecuniária. Na hipótese de obrigação exclusivamente pecuniária, o agente regulado deverá efetuar em até dez dias úteis o pagamento da compensação financeira devida e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela ANP, quando o montante dependa de sua apuração.</p> <p>§ 3º Não se considera espontânea a denúncia apresentada após a ciência da ANP e/ou o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.</p> | <p>§1º) É importante que os esforços do atuado para sanar a não conformidade sejam levados em consideração na gradação da pena.</p> <p>§2º) Sugere-se um incentivo ao agente regulado para estimular o saneamento antecipado de obrigações não cumpridas no prazo, antes de qualquer ciência e/ou fiscalização por parte da ANP, em benefício da arrecadação e para valorizar a boa-fé do agente regulado vis-a-vis o art. 138 do CTN.</p> <p>§3º) Inclusão que visa esclarecer hipótese de utilização do instituto da denúncia espontânea (desconhecimento da infração/obrigação pela ANP) e sua distinção do instituto do cumprimento espontâneo da obrigação previsto no par. 1º deste artigo 18.</p> |
| 19 - Caput | Para fins de agravamento da pena de multa, a autoridade julgadora deverá considerar como antecedentes apenas as condenações relativas ao mesmo estabelecimento ou instalação e ao mesmo dispositivo normativo infringido. | Para fins de caracterização de reincidência própria, é necessário que a mesma conduta infracional tenha sido praticada pelo agente regulado. Ademais, a referência à |

| | | |
|--|--|---|
| | | "mesma atividade regulada" é muito ampla e dá margem a ambiguidades, que podem prejudicar injustamente o agente regulado. Além disso, o acréscimo ao mesmo estabelecimento ou instalação traz restrição antes prevista na Resolução ANP nº 8, de 17.2.2012, e visa evitar a penalização do regulado por distintas atividades. |
| Inclusão do Parágrafo único - Art. 19 | Para fins de agravamento da pena de multa, será considerado antecedente condenação definitiva ocorrida nos três anos anteriores à data de conclusão da fase de instrução do processo em julgamento, com exceção daquelas condenações utilizadas na caracterização de reincidência. | Entendemos que o prazo de 3 anos para fins de antecedentes é mais condizente à prática da Indústria do Petróleo e traz mais segurança jurídica e razoabilidade ao setor. |
| 20 Parágrafo único | Em caso de alteração do enquadramento, deve ser devolvido ao autuado o prazo de defesa, nos termos do art. 6º, aproveitando-se, no que couber, as provas já produzidas, sem prejuízo da produção de outras provas, caso aplicável. | As alterações foram realizadas a fim de garantir o efetivo exercício da ampla defesa pelo autuado. |
| 23 | Em face da decisão que imponha penalidades, o autuado poderá interpor recurso no prazo de dez dias úteis contados da intimação da decisão, observado o disposto no art. 12-A. | Acompanhando a evolução do direito processual civil, sugere-se a uniformidade da contagem de prazo considerando os dias úteis. Além disso, fazemos referência ao novo artigo 12-A, que trata da prorrogação dos prazos, mediante solicitação fundamentada do autuado. |
| 24 - Parágrafo único | Entende-se por recurso parcial da decisão o que se insurgir contra apenas uma ou mais condutas infracionais que compõem o somatório das multas aplicadas ou apenas contra a penalidade não pecuniária. | Sugestão de ajuste na redação para melhoria na compreensão da cláusula. |
| Inclusão de parágrafo único no art. 25 | O recurso terá efeito suspensivo. | O efeito suspensivo do recurso administrativo traz mais segurança jurídica ao autuado quanto ao pagamento de eventual penalidade que persista após análise de reconsideração e decisão de segunda instância. |
| 26 - §2º | Havendo irregularidade formal sanável, o recorrente deverá ser intimado pela unidade organizacional para a regularização, no prazo de cinco dias úteis contados da intimação. | Acompanhando a evolução do direito processual civil, sugere-se a uniformidade da contagem de prazo considerando os dias úteis. |
| 27 | Caso o recurso seja admitido para seguimento, o julgador de primeira instância realizará o juízo de reconsideração acerca da decisão proferida. | Deixar claro que o juízo de admissibilidade é feito pelo mesmo órgão que fará o eventual juízo de reconsideração. |

| | | |
|------------------------------|---|---|
| 27 - §2º | Solicitação de esclarecimentos. | Pode-se interpretar essa redação também para os casos de o julgador de 1ª Instância tornar insubsistente algumas infrações, mantendo-se as demais recorridas, ficando o mesmo vinculado a intimar novamente o autuado e a reabrir os prazos legais para pagamento com desconto legal de 30% ou novo recurso para as demais infrações? |
| Inclusão de novo artigo | A incidência de encargos moratórios legais sobre o valor da multa começará a incidir trinta dias após o recebimento da notificação pelo autuado da decisão de segunda instância. | A incidência de encargos moratórios legais sobre o valor da multa começa a fluir a partir do recebimento da notificação pelo autuado da decisão de segunda instância. |
| 29 – inclusão de novo inciso | VI – Análise das provas e dos argumentos fáticos e jurídicos apresentados pelo autuado no recurso administrativo; VII - recomendação técnica para o julgamento. | Os argumentos apresentados pelo autuado no recurso devem ser considerados para análise em segunda instância do processo. |
| 31 | O conteúdo dos processos administrativos sancionadores da ANP é público, cabendo à unidade organizacional restringir o acesso somente nos casos previstos na legislação em vigor ou mediante requerimento de sigilo fundamentado do autuado à ANP. | Certos processos podem conter dados ou informações sensíveis, sendo importante haver a possibilidade de ser requerido o seu sigilo. |
| 34 | Cada unidade organizacional da ANP que realizar o julgamento de processos sancionadores, no intuito de uniformizar o entendimento dos julgadores ou orientar os trabalhos do setor, poderá propor orientações de julgamento sujeitas à avaliação da Diretoria da ANP. | Conforme artigos 22 e 23 do Decreto 9830/2019, orientações normativas e enunciados devem ser editados pela autoridade máxima do órgão. |
| 34 - §1º | § 1º As orientações de julgamento aprovadas pela Diretoria da ANP serão aplicáveis à unidade organizacional que as propôs e serão publicadas no site da ANP na Internet. | Conforme artigos 22 e 23 do Decreto 9830/2019, orientações normativas e enunciados devem ser editados pela autoridade máxima do órgão. |
| 34 - §3º | A orientação de julgamento poderá ser proposta por qualquer servidor, que deverá apresentar o texto sugerido e sua justificativa ao gestor da unidade organizacional, que, em caso de aprovação pela Diretoria da ANP, comunicará aos membros da unidade. | Conforme artigos 22 e 23 do Decreto 9830/2019, orientações normativas e enunciados devem ser editados pela autoridade máxima do órgão. |
| 36 | As unidades organizacionais deverão converter em orientações de julgamento, no prazo de cento e oitenta dias corridos, as notas técnicas, os despachos, as instruções e as demais diretrizes para a instrução e o julgamento de processos sancionadores que estejam em vigor, sujeitas à avaliação da Diretoria da ANP. | Conforme artigos 22 e 23 do Decreto 9830/2019, orientações normativas e enunciados devem ser editados pela autoridade máxima do órgão. |

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: *consultaprocessosancionador@anp.gov.br* ou, diretamente, em um dos protocolos da ANP indicado no item 2.1 do Aviso da referida Consulta Pública.